DELIBERAÇÃO AC02 - G.ODJ - 1825/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/10892/2014
PROTOCOLO	: 1521817
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ/MS
JURISDICIONADO	: ITAMAR BILIBIO
CARGO	: PREFEITO
TIPO DE PROCESSO	: PROCESSO LICITATÓRIO
MODALIDADE DA LICITAÇÃO	: PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2014
EMPRESAS ADJUDICADAS	: LAGUNA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA–ME E ADÃO PEREIRA LIMA–ME
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL.
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

I – EMENTA

PREGÃO PRESENCIAL. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. LEGAL E REGULAR. APROVADO POR UNANIMIDADE.

II - RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial n. 10/2014 (1ª fase), realizado pelo Município de Laguna Carapã, sob a responsabilidade do Sr. Itamar Bilibio, prefeito municipal.

O objeto da licitação refere-se à aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Assistência Social e Prefeitura Municipal.

O certame foi adjudicado às empresas Laguna Comércio de Alimentos Ltda–ME e Adão Pereira Lima–ME.

A 4ª Inspetoria de Controle Externo, por meio da Análise ANA-4ªICE n.14560/2014 (peça 18), manifestou-se pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR/MPC/DR.JAC n. 2067/2015 (peça 19), opinou pela legalidade e regularidade do Pregão Presencial n. 10/2014.

III - VOTO

Compulsando os autos, verifica-se que os procedimentos para

a realização da licitação foram examinados pela unidade técnica da 4ª ICE e estão em conformidade com a Lei Federal n. 10.520/2002 e a Lei Federal n. 8.666/93.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer do Ministério Público de Contas e **VOTO**:

1. pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial n. 10/2014, realizado pelo Município de Laguna Carapã, representado pelo Sr. Itamar Bilibio, prefeito municipal, com fundamento no art. 120, I, "a", c/c o art. 122, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS) aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, na forma do art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS;

3. pela remessa dos autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo para subsidiar a análise das contratações dele decorrentes.

IV – DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Consellheiro Iran Coelho das Neves, na 7ª Sessão Ordinária, de 5 de maio de 2015, na conformidade da Ata de Julgamento n. 7, por unanimidade de votos, nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, em declarar a **LEGALIDADE E REGULARIDADE** do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial n. 10/2014, realizado pelo Município de Laguna Carapã, representado pelo Sr. Itamar Bilibio, prefeito municipal, com fundamento no art. 120, I, "a", c/c o art. 122, II, do RITC/MS. DISCUSSÃO: Nesta oportunidade ninguém fez uso da palavra. DECISÃO: Aprovado, por unanimidade, o relatório e voto do Conselheiro Relator;

Participaram do julgamento: Excelentíssimo Senhor Presidente Iran Coelho das Neves; Excelentíssima Senhora Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos; Excelentíssimo Senhor Procurador de Contas João Antônio de Oliveira Martins Júnior, representante do Ministério Público de Contas; e o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, relator.

Publique-se.

Campo Grande, 16 de dezembro de 2015.

OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Conselheiro – Relator

lzfn